»Entrevista | **MAILSON DA NÓBREGA** | ECONOMISTA E EX-MINISTRO DA FAZENDA

Nova âncora fiscal precisa de controle de gastos

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Nóbrega defende teto de gastos para a credibilidade do novo arcabouço

Qual a sua avaliação do pacote de R$ 242,7 bilhões de medidas fiscais anunciado por Haddad?

O pacote tem o mérito de procurar reduzir o deficit previsto no Orçamento. Agora, não sei se havia demanda dos mercados pela apresentação desse programa, já que o ministro podia ter ficado mais tempo a pensar na proposta. A grande espera hoje, no mercado, é o novo arcabouço fiscal.

O governo estima, por exemplo, um aumento de R$ 36,4 bilhões de receita neste ano, mas o cenário é de desaceleração da economia...

As previsões, tanto do Banco Central, do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, quanto do mercado financeiro e das consultorias, desde o fim do ano passado, são de desaceleração da economia em 2023. E uma das estimativas mais otimistas é a do FMI, de crescimento de 1%. Só o ex-ministro Paulo Guedes (da Economia) que falava no Brasil vai crescer mais de 2,5% neste ano. Portanto, essa circunstância já deveria ter sido levada em conta nas projeções desse pacote. Por outro lado, acho que tem duas medidas do plano que não são adequadas e o governo devia ter pensado melhor.

Quais?

Primeiro, é a volta do voto de qualidade, que é essa ideia de dar ganho de causa ao Fisco, em caso de empate nas votações do Carf. Isso é contra a tendência mundial de julgamentos em que a votação termina empatada. A outra é recomeçar essa história de Refis. Pode até ter outro nome, mas o objetivo é criar incentivos, com perdão de multas e juros e até de principal, dependendo do caso, para o contribuinte ajustar contas com a Receita. Isso foi muito utilizado na época do PT, mas é uma coisa desastrosa, porque cria o incentivo a atrasar o pagamento de tributos. É um incentivo ao aumento dos maus pagadores, porque é muito mais barato se financiar no Fisco do que nos bancos. Você pode, inclusive, se financiar a custo zero, se houver perdão de multas e juros. Essa é uma lição que todo administrador público deveria tomar. Nunca se faz a primeira anistia, porque a segunda virá. E quando a segunda vier, não faça a terceira.

Quer dizer que o plano tem mais pontos negativos do que positivos?

Não, mas parece que foi feito às pressas para mostrar que o governo está funcionando em busca do equilíbrio fiscal novamente. Não precisava disso. O ministro da Fazenda tem prazo até agosto para apresentar um novo arcabouço fiscal. E, certamente, vai conter um elemento de aumento de receita que pode ser esse conjunto de medidas ou algo mais. Eu espero que tenha um componente de controle de gastos. Não é ruim apresentar esse programa, só que não era tão urgente neste momento. Parece ter sido ideia de um burocrata.

Aliás, o ajuste do pacote foi praticamente todo do lado da receita e muito pouco do lado do gasto...

A rigor, não haverá ajuste fiscal do Brasil sem que duas questões muito espinhosas sejam enfrentadas. Primeira, atacar a vinculação de recursos a gastos com educação e saúde. Isso é uma forma primitiva de decidir sobre prioridades. É muito ruim para a economia, porque gera desperdícios. E, a segunda é rever os gastos obrigatórios. O país não pode ir longe, nem ter um Orçamento viável se tiver só 5% a 7% das despesas para tocar as políticas públicas.

Qual deve ser o modelo da nova âncora fiscal?

É uma missão muito difícil que o ministro da Fazenda tem, porque, na minha avaliação nenhum arcabouço fiscal será crível se não contiver um elemento de controle de gastos. Ou seja, o teto de gastos é fundamental para a credibilidade da nova âncora fiscal. Claro que tem que ser reformulado, aproveitando a experiência de seis anos de vigência. Mas, ao contrário do que disse o presidente Lula, não é uma coisa estúpida. Pelo contrário, foi uma medida sensata. Foi um freio de arrumação, porque o país estava em uma trajetória suicida. Sem o teto de gastos, a âncora será frágil.

Por quê?

Porque dívida nunca é uma âncora exclusiva. Existem fatores que influenciam a dívida sobre os quais o governo não tem nenhum controle. Por exemplo: um surto inflacionário que obriga o Banco Central a aumentar a taxa de juros; uma crise mundial que leva à fuga de capitais para portos mais seguros, e que gera depreciação cambial e um câmbio mais alto afeta a parte da dívida; as calamidades; decisões do Judiciário impondo o pagamento de despesas, como de precatórios. Tudo isso altera a dívida e o governo não tem nenhum controle.

O ex-ministro Paulo Guedes gosta de dizer que deixou as contas arrumadas, porque reduziu a relação dívida-PIB. Mas há muita coisa escondida debaixo do tapete, como o precatório. O governo Bolsonaro deu um calote bilionário. Como o senhor vê isso?

Essa melhora que houve no campo fiscal tem pouco a ver com o governo. Ela ocorreu, sobretudo em 2022, por fatores alheios, como a alta dos preços das commodities por causa da guerra na Ucrânia. E isso aumentou a arrecadação. Houve uma expansão dos serviços que veio acima das projeções do mercado. É simplesmente resultado da medida em que se reduz o impacto da pandemia, os serviços foram recuperando o espaço. Por outro lado, o teto de gastos ajuda na redução da manutenção da relação entre despesa federal em relação ao PIB. Não há nenhum mérito do governo. Quanto ao calote dos precatórios naquela época o correto teria sido excluir os precatórios do teto, porque é uma despesa imprevisível que não tem nenhum controle do governo. É decisão do Judiciário.

Mas o Guedes sempre gosta de se vangloriar de que conseguiu também reduzir a despesa em relação ao PIB...

Foi a ação do teto de gastos e não dele. Se não houvesse teto, a despesa tinha subido. Mas cada governo faz o marketing mais conveniente. E o PT é muito bom nisso. E todo mundo do governo agora está dizendo que vão por o pobre no orçamento. Mas o pobre nunca saiu. Isso é uma invenção do PT, assim como ele inventou que tinha recebido uma herança maldita do Fernando Henrique. O pobre está no Orçamento desde o governo (José) Sarney.

Agora ele tem uma verdadeira herança maldita?

Agora sim. E mesmo que não fosse do governo (Jair) Bolsonaro. A realidade mundial é menos favorável do que naquela época. Por isso, todas as projeções indicam uma desaceleração da economia e em 2023. Aliás, essa desaceleração ocorreu no terceiro trimestre, mesmo com os estímulos fiscais. Tem algumas projeções mais otimistas, como o FMI, que estão em torno de 1%.

E sem crescimento, não tem arrecadação e as promessas dele não cabem no Orçamento...

É, mas temos ainda que dar o benefício da dúvida. O governo tem apenas duas semanas. Pode ser que, diante das informações que vão revelar uma realidade, Lula reformule os seus conceitos e tome ciência da grande realidade que herdou um país com crescimento medíocre. O discurso do ministro do Mdic, o vice Geraldo Alckmin, foi um discurso correto. É preciso um esforço para reindustrializar o Brasil, porque tudo indica que o país tem uma desindustrialização precoce. Mas tem que atacar o que causou isso.

O que seria?

Foi um conjunto de fatores que não são reversíveis no período de governo. São, primeiro, o prolongamento da estratégia de substituição de importações, quando ela já era ruim para a economia, porque desestimula a inovação, acomoda os empresários e prejudica os consumidores. Segundo, o sistema tributário é caótico. Tem a má qualidade das estradas no Brasil, a má qualidade da educação do trabalhador, que é lamentável. Tudo isso reduz a produtividade, que é o principal fator de geração de riqueza. Grande parte dos industriais está esperando a volta da política industrial do passado, que combina protecionismo, com intervencionismo e subsídios. E tudo isso gera uma indústria com pouca capacidade de inovação.

E qual é a saída?

As políticas industriais modernas são voltadas para incentivar a inovação. O mercado privado faz o resto. É preciso fazer reformas profundas, que não vão acontecer num único mandato de governo. Dificilmente o governo Lula vai reverter, de forma importante, o processo de desindustrialização. O que ele pode fazer é tomar medidas que permitam, no longo prazo, a indústria se tornar mais competitiva. Felizmente, tem um projeto para isso, que são as propostas de reforma tributária do Congresso, a PEC 45 (da Câmara) e a PEC 110 (do Senado), que estão nessa direção. Mas o BNDES não pode voltar a exercer o papel que teve no passado. Não tem dinheiro para isso.

DESIGUALDADE SOCIAL

Oxfam faz novo alerta

Entidade propõe tributação de super-ricos para combater as disparidades. Medidas dependem da realização de uma reforma tributária

» ROSANA HESSEL

Minervino Junior/CB/D.A Press



No Brasil, caso um conjunto de medidas seja adotado, seria possível arrecadar cerca de R$ 300 bilhões

A Oxfam Internacional aproveita mais uma edição do Fórum Econômico Mundial (WEF, na sigla em inglês), que começa nesta segunda-feira (16) em Davos, na Suíça, e vai até o dia 20, para divulgar um novo relatório global fazendo um novo alerta para o aumento da pobreza e da desigualdade durante a pandemia da covid-19.

De acordo com o levantamento denominado "A Sobrevivência do mais rico – porque é preciso tributar os super-ricos agora para combater as desigualdades", na última década 1% mais rico da população global ficou com cerca de metade de toda riqueza criada no mundo. E, pela primeira vez em 30 anos, a riqueza extrema e a pobreza extrema cresceram simultaneamente.

Mas os dados preocupantes sobre o aumento da desigualdade não param por aí. Durante a pandemia, houve um agravamento da pobreza no mundo, segundo a Oxfam, contrariando até mesmo o estudo polêmico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgado no ano passado, que faz um recorte distorcido da realidade brasileira e tenta mascarar o aumento da pobreza no país no último governo.

Entre 2020 e 2022, essa fatia de 1% mais ricos do mundo ficou com quase 2/3 de toda riqueza gerada no período: cerca de US$ 42 trilhões. Isso equivale, segundo a Oxfam, a seis vezes mais do que o total arrecadado por 90% da população global (7 bilhões de pessoas) no mesmo período. Cada bilionário ganhou cerca de US$ 1,7 milhão para cada dólar obtido por uma pessoa que está entre os 90% mais pobres do mundo.

"O relatório tem o fato global que, na verdade, é uma mensagem que vem sido repetida nos últimos anos, que fala sobre uma maior tributação sobre os mais ricos. Por outro lado, o momento em que essa mensagem está sendo passada agora nunca teve tanto respaldo", afirma, em entrevista ao **Correio**, Jefferson Nascimento, coordenador de Justiça Social e Econômica, da Oxfam Brasil.

Ele lembra que, no Brasil, 85% da população apoia o aumento de impostos sobre os mais ricos para o investimento em serviços públicos a quem mais precisa. Para Nascimento, o novo governo vem reconhecendo a necessidade de aprovar logo uma reforma tributária, tanto que, no café da manhã com jornalistas realizado na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), sinalizou o interesse."O relatório vem nesse contexto de transformar essa demanda de muitos anos em mudança efetiva. E mostra um número do impacto do aumento da tributação", enfatiza.

O porta-voz da Oxfam Brasil lembrou que 0,3% da população brasileira tem um patrimônio superior a R$ 10 milhões de reais. E o conjunto de medidas propostas, como regulamentar taxação de grandes fortunas e aumentar as alíquotas do Imposto de Renda Pessoa Física para até 40%, além de aumentar a faixa de isenção, taxar dividendos e mudar a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), seria possível ampliar a arrecadação em cerca de 3% do PIB. "Esse conjunto de medidas focadas nos muito ricos poderia aumentar a receita tributária em cerca de R$ 300 bilhões por ano no Brasil", destaca ele, citando levantamentos feitos com entidades parceiras da Oxfam.

"O relatório deste ano destaca que o fato de que os grandes lucros de empresas de alimentos e de energia durante a pandemia, muito contribuíram para a inflação global e o empobrecimento da população. Isso traz consequências para os acionistas dessas empresas, que lucraram muito e aumentaram suas fortunas tirando proveito de um cenário que prejudica a maioria da população", alerta Nascimento.

Entre as propostas feitas pela Oxfam está a adoção de um imposto de até 5% sobre o patrimônio dos super-ricos. Essa medida poderia garantir uma arrecadação anual de US$ 1,7 trilhão, "o suficiente para tirar 2 bilhões de pessoas da pobreza", com medidas como financiar os existentes apelos humanitários pelo mundo, entregar um plano de 10 anos para acabar com a fome no planeta, apoiar os países mais pobres que estão sendo devastados pelos impactos climáticos, e ainda garantir saúde pública global e proteção social para todos que vivem em países com baixa e média rendas.

De acordo com o porta-voz, no Brasil, quem ganha R$ 5 mil paga a mesma alíquota de quem ganha mais de R$ 1 milhão por mês. "É preciso atualizar a tabela do Imposto de Renda e introduzir novas faixas com alíquotas maiores do que 27,5% e, assim, equalizar melhor o peso da carga tributária", pontua.

Três pilares

As principais recomendações do relatório aos governos estão focadas em três pilares: medidas extraordinárias, taxação sobre a renda dos super-ricos e imposto sobre patrimônio do 1% mais rico. Conforme os dados da Oxfam, a fortuna conjunta dos bilionários do mundo vem aumentando a uma taxa de US$ 2,7 bilhões por dia. "A discussão que se impõe cada vez mais é o incremento da taxação dos muito ricos e das grandes corporações, inclusive no Brasil", afirma Nascimento.

No Brasil, que em 2022, registrou 284 bilhões, segundo dados da revista Forbes, o 1% mais rico do país tem quase metade da riqueza do país (48,7%), segundo do Credit Suisse. Conforme os dados da instituição financeira, os 3.390 indivíduos mais ricos do Brasil (0,0016%) detêm 16% de toda a riqueza do país, mais do que 182 milhões de brasileiros (85% da população).

Segundo Nascimento, a Oxfam espera que o Congresso aprove um novo sistema tributário que "garanta o financiamento necessário aos Estados para que possam oferecer mais e melhores serviços e políticas públicas às suas populações".